PRAS

Plano Regional de Acção Social

2007-2009

PLANO REGIONAL DE ACÇÃO SOCIAL/ PRAS
2007 - 2009

1. Enquadramento 2
2. Metodologia 5
3. Estratégia transversal da intervenção 6
4. Análise estratégica por áreas de intervenção 8

4.1 Crianças e Jovens 9
4.1.1 Diagnóstico sumário 9
4.1.1.1 Caracterização demográfica
4.1.1.2 Respostas Sociais/âmbito Segurança Social
4.1.1.3 Principais problemáticas sinalizadas
4.1.2 Orientações estratégicas 13
4.1.2.1 Formulação da estratégia/Objectivos
4.1.2.2 Implementação da estratégia

4.2 Família e Comunidade 19
4.2.1 Diagnóstico sumário 19
4.2.1.1 Caracterização demográfica
4.2.1.2 Respostas Sociais/âmbito Segurança Social
4.2.1.3 Principais problemáticas sinalizadas
4.2.2. Orientações estratégicas 24
4.2.2.1 Formulação da estratégia/Objectivos
4.2.2.2 Implementação da estratégia

4.3 Idosos 34
4.3.1 Diagnóstico sumário 34
4.3.1.1 Caracterização demográfica
4.3.1.2 Respostas Sociais/âmbito Segurança Social
4.3.1.3 Principais problemáticas sinalizadas
4.3.2. Orientações estratégicas 40
4.3.2.1 Formulação da estratégia/Objectivos
4.3.2.2 Implementação da estratégia

5. Anexos 45
5.1 Indicadores gerais 46
5.1.1 Indicadores demográficos
5.1.2 Indicadores de educação/ensino
5.1.3 Indicadores de emprego
5.2 Conceitos 53
SIGLAS 62
Ficha Técnica 63

1. enquadramento

1.1. Estatuto Político-Administrativo e Programa de Governo

No Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, a Segurança Social é expressamente referenciada como uma matéria de interesse específico para a RAM, numa clara manifestação da vontade política dos órgãos de soberania, no sentido de serem atribuídas responsabilidades neste domínio às suas instituições autonómicas: a Assembleia Legislativa e o Governo Regional.

Por outro lado, ao Governo Regional, enquanto «…órgão executivo de condução da política regional e …órgão superior…» da respectiva administração pública, é atribuída a incumbência de dirigir os serviços da Segurança Social regional, que são responsáveis pela execução das medidas previstas no Programa do Governo e, consequentemente, pelos projectos no âmbito da Acção Social.

Neste quadro jurídico - institucional, o Estatuto Político-Administrativo da RAM e o Programa de Governo da Região Autónoma da Madeira para o período de 2005 a 2008 correspondem a dois documentos nucleares, em cujas orientações se enquadra o Plano Regional de Acção Social (PRAS).

Verifica-se, ainda, que entre as linhas fundamentais do Programa do Governo atrás referido, consta a necessidade de se robustecer e reforçar as Comunidades Familiares, além da consideração de que a «…prioridade social está apontada para a Terceira Idade e para o reforço da dignificação e reconhecimento... do voluntariado, no desenvolvimento de uma política em que o grande Desafio é a Inclusão Social, …». Estas são, também, preocupações manifestadas pelo PRAS, ao integrar, nos projectos previstos para as diferentes áreas, intervenções nestes domínios.

1.2. Lei de Bases da Segurança Social e Sistema de Acção Social

Os projectos a desenvolver no âmbito do PRAS estendem-se, essencialmente, pelas áreas de intervenção que a lei de bases da Segurança Social refere como estando enquadradas no Sistema de Acção Social, ou seja, pelas iniciativas que prosseguem objectivos relacionados: com a prevenção e reparação de situações de carência, desigualdade, dependência, exclusão, vulnerabilidade; com a integração e promoção comunitária das pessoas; com o desenvolvimento das capacidades pessoais; com a protecção de grupos mais vulneráveis da população.

Esta realidade, contudo, não pode deixar de relacionar tais intervenções com outras situadas no âmbito do subsistema de solidariedade, como é o caso, por exemplo, do Rendimento Social de Inserção.

No PRAS, as Crianças e os Jovens, a Família e Comunidade e as Pessoas Idosas são genericamente considerados como grupos alvo de intervenção, não só enquanto elementos indispensáveis dos programas de inserção social, inclusão e desenvolvimento, mas também como agentes activos da mudança de atitudes e comportamentos, que o combate à pobreza ou às situações de disfunção, marginalização e (ou) exclusão sociais, necessariamente implicam.

A estrutura operativa do Sistema de Acção Social existente na RAM, para a área da Segurança Social, integra, obviamente, os serviços do Centro de Segurança Social da Madeira (CSSM) e, para além destes, outras entidades que exercem actividades nesta área, por si sós, ou em parcerias com a Segurança Social, como é o caso das organizações não governamentais sem fins lucrativos, em geral, das Instituições Particulares de Solidariedade Social, em particular, e mesmo de entidades privadas com fins lucrativos.

O PRAS, como lhe compete, não ignora esta realidade, mas, por razões de operacionalidade, dará uma atenção especial à vertente que se reporta às competências directas dos serviços do CSSM. No entanto, sempre que os projectos incluídos neste Plano se confrontem com problemas intersectoriais, cuja resolução recomende ou exija uma intervenção pluridisciplinar e (ou) a participação de outros sectores, serão equacionadas as relações transversais indispensáveis para o exercício da acção social, como as que se observam com instituições do âmbito da saúde, da educação, da formação, do emprego, da habitação e com outras «… que desenvolvam uma intervenção de carácter social.».

1.3. A Agenda de Política Social da União Europeia (UE)

O PRAS também incorpora nas suas orientações estratégicas os novos desafios lançados pela denominada Agenda de Política Social Europeia para o período de 2006-2010, a qual, por sua vez, referencia como seu principal objectivo «…realizar uma Europa social na economia mundial…».

Esta Agenda Social foi concebida «…para garantir que os benefícios decorrentes do crescimento da UE abranjam todas as pessoas na sociedade, assegurando simultaneamente que as políticas adoptadas para atingir tais objectivos sejam sustentáveis». Ao pretender desenvolver uma estratégia centrada «…no reforço da confiança dos cidadãos…» e no desenvolvimento das suas capacidades individuais, o PRAS tem como referência este quadro conceptual.

Neste contexto, o PRAS, para além do contributo que presta à execução das políticas e medidas previstas no programa do Governo Regional para 2005-2008, é também, em certa medida, um instrumento de intervenção no quadro da Agenda de Política Social Europeia e uma ajuda na tentativa de corrigir desigualdades fundamentais entre as pessoas, tal como está previsto nesta Agenda.

1.4. Enquadramento Estratégico e Plano de Desenvolvimento Económico e Social

Em termos de intervenção estratégica, o PRAS considera duas componentes essenciais. Por um lado, procura reflectir a necessidade de serem concretizadas medidas destinadas: a assegurar direitos essenciais da população a que se destina; a prevenir e reparar situações de vulnerabilidade e carência social; a promover o desenvolvimento das capacidades individuais e a sua integração na comunidade.

Por outro lado, o PRAS também procura mobilizar todos os recursos existentes no sistema de Acção Social ou em entidades que com ele se relacionam, através de intervenções de carácter social destinadas a concretizar as medidas atrás referidas.

Acima de tudo, o PRAS pretende ser um instrumento facilitador das intervenções do CSSM, no âmbito do sistema de Acção Social, quer estas se dirijam directamente às «… pessoas, indivíduos, famílias e (ou) grupos sociais mais vulneráveis…», ou se situem no domínio das relações com os parceiros da Segurança Social, que desenvolvem actividades nesta área. Entende-se que, para serem atingidos os objectivos pretendidos, tais intervenções devem ser realizadas com a maior objectividade possível e de uma forma desburocratizada, de modo a que se privilegiem os factores capazes de favorecer a convergência de vontades e de recursos, promovendo a eficácia dos resultados.

«Atenuar os efeitos do envelhecimento demográfico…», a par do «…reforço da Inclusão e…» do «…combate à exclusão social…», são objectivos estratégicos assumidos para a Segurança Social, no Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007-2013. Estas orientações preconizadas no âmbito das medidas relacionadas com o desenvolvimento do potencial humano e da coesão social correspondem, também, a objectivos do PRAS, que, por esta via, se identifica com as grandes linhas de intervenção estratégica definidas para o desenvolvimento sustentado da RAM.

Nesta perspectiva, o PRAS, para além de surgir como uma resposta à necessidade de serem concretizadas iniciativas no domínio da Acção Social, cuja responsabilidade pertence à Segurança Social, é, também, uma manifestação clara do propósito de se promover o desenvolvimento económico e social equilibrado, em conformidade com o Programa de Governo e com a estratégia de desenvolvimento da RAM preconizada para o período 2007-2013.

2. metodologia

Na elaboração do Plano Regional de Acção Social, procurou-se privilegiar uma reflexão sobre os dados disponíveis, assim como promover uma indispensável articulação com os serviços do Centro de Segurança Social da Madeira, para além de outros intervenientes e parceiros indispensáveis ao processo de intervenção integrada e participada.

As metodologias adoptadas na elaboração deste trabalho basearam-se, não só nos objectivos definidos no início dos trabalhos, mas também nos recursos e tempo disponíveis:

- pesquisas bibliográficas;
- recolha de dados internos e externos;
- entrevistas individuais;
- sinalização das principais problemáticas sociais pelos técnicos de acção social;
- análise SWOT (Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats///Pontos fortes, Pontos fracos, Oportunidades e Ameaças);
- reuniões com parceiros, equipa operacional, equipa coordenadora e consultores;

3. estratégia transversal da intervenção

Qualquer intervenção estratégica no âmbito da Acção Social é, necessariamente, transversal e terá de se basear numa definição clara das prioridades do sistema, procurando sempre adaptar a Acção Social aos novos dinamismos sociais. Este processo consolida-se em 4 vectores fundamentais:

Parceria

O campo de intervenção da Acção Social é constituído por problemáticas complexas e multifacetadas que se manifestam e coexistem nos diferentes meios e comunidades. A resolução dos factores de origem de todas essas problemáticas, enquadra-se nas mais variadas áreas de actuação (Educação, Saúde, Formação, Habitação,...) que têm, por isso, um grande objectivo comum que é o da integração e bem-estar social. Mobilizar e gerir adequadamente todos os recursos constitui, portanto, uma estratégia imprescindível para o sucesso da intervenção e para a maximização dos esforços. Nesta medida, o trabalho em parceria, apesar de complexo, constitui um vector transversal e imprescindível em todo o Plano Regional de Acção Social, que importa assumir e gerir rigorosamente.

Investigação

O desenvolvimento sustentável alicerçado nos vectores económico, social e ambiental emanam um equilíbrio dialéctico contínuo, promotor de uma inclusão social geradora de um cenário de coesão, onde os direitos humanos, a tolerância, a igualdade de oportunidades na solidariedade, na segurança e na participação económica, social, cultural e política são uma realidade, a par com o reconhecimento do papel fundamental da comunidade em geral e da família, em particular, necessita de um sustentáculo baseado no conhecimento profundo da realidade. Para que esta seja conhecida, e compreendida, urge incentivar a produção sistemática e epistemológica de produtos qualificados de saber especializado e multidisciplinar, com o fim de permitir a todos as partes interessadas o acesso a dados, informação e conhecimento, numa lógica de compromisso entre a realidade e a capacidade de planificar e agir em conformidade com objectivos latos e específicos do processo contínuo de inclusão e de cidadania participada.

Qualidade

A Região Autónoma da Madeira, escolheu estrategicamente o rumo da excelência para os serviços públicos, desafiando os privados e particulares a aderir a esta solução global de gestão e organização. Uma região que orienta os seus recursos e produtos para a qualidade é acima de tudo uma região que consagra a oportunidade e a justiça, é equilibrada socialmente, com dinâmica económica, respeito pelo ambiente e pelas diferenças e potencialidades de cada cidadão. No cenário previsto, consagram-se eixos de actuação, onde a Cidadania emerge como um dos fundamentais, criando uma mais valia no combate à Exclusão Social. Surge assim o

desafio particular, aos serviços de Acção Social e seus parceiros, de tornar contínuas as suas boas práticas, multiplicando a capacidade de fazer bem e de forma eficiente, minimizando custos e danos, através da planificação, da intervenção e da avaliação adequada no tempo e no espaço, rentabilizando recursos e promovendo continuamente uma cultura de exigência, optimismo e cooperação, com o objectivo de tornar um hábito a satisfação das expectativas de cada cidadão, criando neste o gosto pela melhoria permanente da sua qualidade de vida.

Avaliação

A avaliação diz respeito a toda e qualquer actividade que, ao longo de todas as fases de desenvolvimento de um programa ou plano, permite aos intervenientes apreciar os diagnósticos, os processos de execução das acções e, finalmente, os resultados alcançados, seja em termos qualitativos, seja quantitativos.

Trata-se de um processo inter-activo que acompanha todo o evoluir de um determinado programa (estratégico, ou não), com vista não só à aferição de causalidades, à comparação de acções previstas/realizadas e de resultados previstos/alcançados e à apreciação dos processos de mudança, mas que também procura alargar e consolidar as bases de sustentação dos processos de mudança social e fundamentar o processo decisório.

Neste sentido, será fundamental criar baterias de indicadores de natureza quantitativa e qualitativa, que permitam medir informações, pontos de estrangulamento ou de desenvolvimento das acções programadas, ou seja, assegurar a monitorização (acompanhamento e controlo) da intervenção, de forma permanente e transversal.

4. análise estratégica por áreas de intervenção

4.1. crianças e jovens.....9

4.2. família e comunidade.....19

4.3. idosos.....34

4.1. crianças e jovens

4.1.1 Diagnóstico sumário

4.1.1.1 Caracterização demográfica

População residente na RAM, por sexo e grupo etário (dos 0 aos 24 anos) em 2004[1]

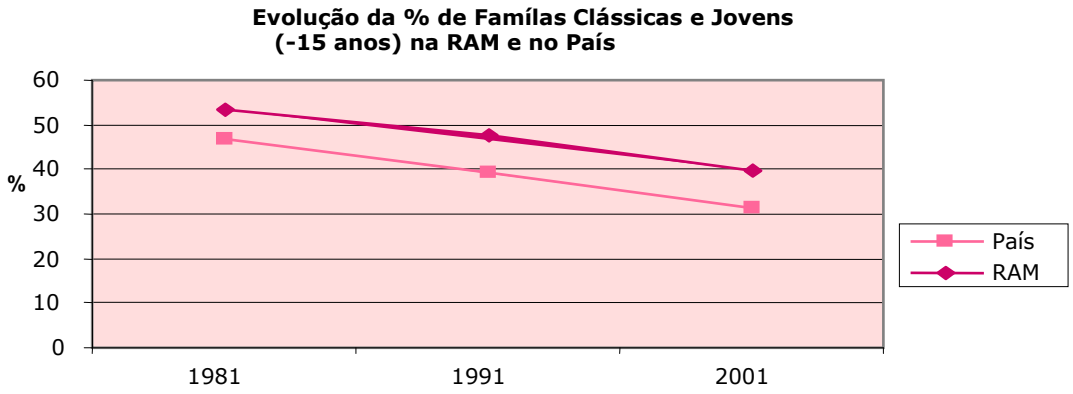
Grupo Etário									
0-4		5-9		10-14		15-19		20-24	
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
7.660	7.430	7.358	6.911	7.892	7.517	9.043	8.451	10.090	9.710
15.090		14.269		15.409		17.494		19.800	

Proporção de Jovens[2]

Anos	RAM	País	UE 25
2001	18,9	15,9	17,0
2002	18,7	15,8	16,7
2003	18,6	15,7	16,5
2004	18,3	15,6	16,4

Famílias Clássicas com Crianças e Jovens com menos de 15 anos[3]

	1981			1991			2001		
	Nº famílias	%	Total famílias	Nº famílias	%	Total famílias	Nº famílias	%	Total famílias
RAM	31.702	53,5	59.195	31.254	47,5	65.759	29.133	39,6	73.619
País	1.370.586	46,9	2.924.443	1.238.268	39,3	3.147.403	1.144.004	31,3	3.650.757



[1]Fonte: INE - "Estimativas da população residente, segundo o sexo e por idades ano a ano, NUTS II, em 31/XII/2004/ NUTS novas"
[2] Fonte: DRE
[3] Fonte: INE – Censos 2001 e Censos 1991

4.1.1.2 Respostas sociais/âmbito Segurança Social[4]

Centros de Actividades de Tempos Livres (ATL)

Concelhos	Nº ATL's			Nº utentes inscritos (31.10.2005)	Frequência média diária
	Particulares	Oficiais	**Total**		
Câmara de Lobos	7	5	12	404	306
Machico	-	2	2	66	29
Funchal	2	-	2	83	54
Ribeira Brava	1	-	1	46	46
Total	10	7	**17**	**599**	**435**

Centros de Acolhimento Temporário (CAT)

Concelhos	Nº CAT			Nº crianças (31.12.2005)
	Particulares	Oficiais	**Total**	
Funchal	1	-	1	11
Machico	1	-	1	10
Total	2	-	**2**	**21**

Lares para Crianças e Jovens (LCJ)

Concelhos	Nº LCJ			Nº crianças/jovens (31.12.2005)
	Particulares	Oficiais	**Total**	
Funchal	5	1	6	259
Ribeira Brava	1	-	1	12
Santa Cruz	1	-	1	22
Machico	1	-	1	35
Total	8	1	**9**	**328**

Semi-Internato para Crianças e Jovens (SI)
(resposta não tipificada, integrada em LCJ)

Concelhos	Nº SI			Nº crianças/jovens (31.12.2005)
	Particulares	Oficiais	**Total**	
Funchal	2	1	**3**	**76**

Unidades de Emergência (UE) – (integrado em LCJ e CAT)

Concelhos	Nº LCJ			Nº camas
	Particulares	Oficiais	**Total**	
Funchal	3	1	**4**	**9**

[4] Dados do CSSM

Residências de Autonomização (RA)

Concelhos	Nº RA			Nº crianças/jovens acolhidos em 2005
	Particulares	Oficiais	**Total**	
Funchal	1	-	**1**	**6**

Adopção

Ano 2005	
Nº Famílias Adoptantes	Nº Crianças/Jovens Adoptados
16	18

Acolhimento Familiar (AF)

31.12.2005	
Nº Famílias de Acolhimento	Nº Crianças/Jovens Acolhidos
52	112

Crianças e Jovens com Processo de Promoção e Protecção

Nº crianças e jovens com processo de promoção e protecção (Maio 2006)	
Com medida	1.123
Sem medida	140
Total	**1.263**

4.1.1.3 Principais problemáticas sinalizadas

As principais problemáticas da área de intervenção «Crianças e Jovens» foram agrupadas em cinco grandes temas:

- Disfuncionalidade familiar
- Comportamentos desviantes/Dependências
- Défice de competências sociais e pessoais das crianças e jovens
- Dificuldades educativas/Inserção escolar
- Rede de equipamentos/Respostas sociais deficitárias

A disfuncionalidade familiar engloba dificuldades ao nível da violência doméstica, dos maus tratos, da negligência, da exposição a condutas desviantes e da ausência de suporte familiar.

O défice de competências sociais e pessoais das crianças e jovens agrupa problemas ao nível da maternidade precoce, da incapacidade na definição de projectos de vida e dos problemas emocionais das crianças e jovens institucionalizados.

Nas dificuldades educativas/ inserção escolar os problemas referidos prendem-se com: abandono, absentismo, insucesso e desvalorização escolar e falta de alternativas ao percurso escolar assim como de formação.

No que respeita à rede de equipamentos/ respostas sociais deficitárias foi apontada a falta de equipamentos direccionados para a 1ª infância e para os adolescentes em risco.

4.1.2 Orientações estratégicas

4.1.2.1 Formulação da estratégia/ Objectivos

Tendo por base o grande objectivo nesta área que se prende sempre com a **protecção das crianças e jovens numa vertente de promoção do seu desenvolvimento integral**, as intervenções estratégicas passam por:

- Adequar as respostas sociais para crianças e jovens à realidade social
- Criar respostas inovadoras no âmbito da prevenção das situações de risco
- Modernizar e qualificar as respostas sociais de protecção nas situações de risco

4.1.2.2 Implementação da Estratégia

4.1.2.2.1 Projectos/ Medidas

Área de Intervenção: Crianças e Jovens				
• Objectivo estratégico: Adequar as respostas sociais para crianças e jovens à realidade social				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
CSSM	**Assessoria Técnica aos Lares de Infância e Juventude e Centros de Acolhimento Temporário** – definição e implementação de Planos Integrados de Educação e Formação (PIEF) das crianças e jovens institucionalizados.	- IPSS	2007 – com acção continuada	- % de PIEF implementados - Nº instituições abrangidas anualmente - Nº de crianças e jovens institucionalizados em IPSS
	Recrutamento de Famílias de Acolhimento	- Comunicação social - Empresas de estudos, consultadoria, sistemas de informação e comunicação	2007 – com acção continuada	- Nº de famílias candidatas - Nº de famílias seleccionadas

Área de Intervenção: Crianças e Jovens				
• Objectivo estratégico: Adequar as respostas sociais para crianças e jovens à realidade social				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
DRSP	**Promoção da Saúde em Meio Escolar** – Implementação do Programa de Saúde Escolar, em formato Projecto - Piloto, na Unidade Operativa de Saúde Pública de Santo António, de forma a promover um ambiente escolar seguro e apoiar a inclusão escolar de crianças com necessidades de saúde	- SRAS - DRSP/SRS, EPE	2007 - 2010	- Cobertura de crianças pelo Programa de Saúde Escolar

Área de Intervenção: Crianças e Jovens				
• Objectivo estratégico: Criar respostas inovadoras no âmbito da prevenção de situação de risco				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
CSSM	**Centro de Apoio a Crianças e Jovens**	- SRAS - SRS, EPE - SRE - SRPF - IHM, EPE - IPSS's e Autarquias	2007 – com acção continuada	- Centro de Apoio em funcionamento - Nº jovens apoiados/nº jovens identificados - Nº de equipas existentes - Nº de núcleos existentes - Nº de parceiros activos

Área de Intervenção: Crianças e Jovens				
• Objectivo estratégico: Criar respostas inovadoras no âmbito da prevenção de situação de risco				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
DRSP	**Acções de Educação para a Saúde -** Promoção de estilos de vida saudáveis e redução do consumo do álcool em settings preferenciais tais como: escolas, associações desportivas e outros espaços sociais na comunidade	- SRAS - DRSP/CRAA - PSP	2007 - 2010	- Consumo de álcool na RAM <16 anos; - N.º de actividades realizadas
	Realização de um Estudo de Caracterização sobre o Padrão de Consumo de Álcool na RAM	- SRAS - DRSP/CRAA - PSP	2007 - 2010	- Consumo de álcool na RAM <16 anos; - N.º de actividades realizadas
	Consulta do Jovem - Promoção da Saúde Sexual do Jovem com ênfase na sexualidade responsável	- SRAS - SRS, EPE	2007 - 2010	- Cobertura da Consulta do Jovem; - Taxa de gravidez na adolescência
	Projecto Vamos Crescer sem Fumar – Relançamento do Projecto em settings como os equipamentos de ocupação de tempos livres e escolas	- SRAS – DRSP/SRS, EPE	2007 - 2010	- Consumo de tabaco antes dos 16 anos; - N.º de crianças abrangidas pelo projecto; - N.º de actividades realizadas

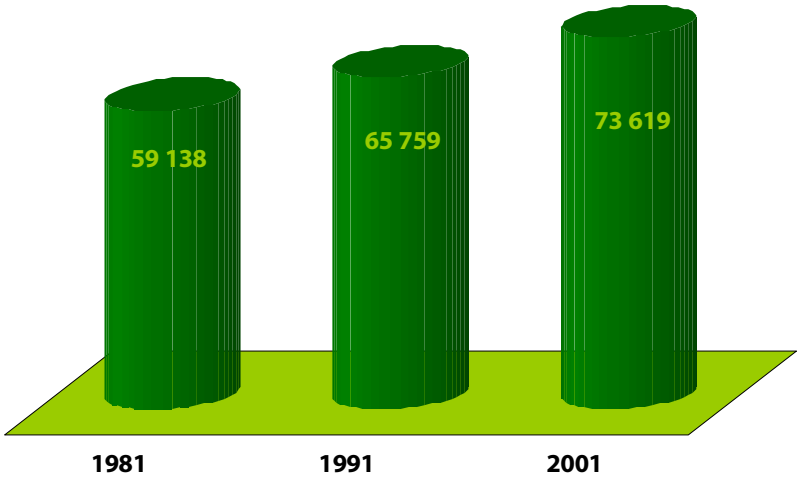
Área de Intervenção: Crianças e Jovens				
• Objectivo estratégico: Modernizar e qualificar as respostas sociais de protecção nas situações de risco				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
CSSM	**Qualificação das Famílias de Acolhimento**	- SRAS - SRS, EPE	2007	- Nº de horas de formação - Nº de famílias abrangidas - Nº de acções formativas
	Aperfeiçoamento do Modelo de Processos de Adopção	- ISS, IP - Tribunais - Ministério Público	2007– 2008	- Nº de processos de candidatos actualizados - Nº de processos de crianças e jovens actualizados
	Gestão de Vagas no Sistema de Acolhimento Institucional	- IPSS's - Tribunais - Ministério Público - C.P.C.J.'s	2007 - 2008	- Nº de vagas actualizado - Intervalo de tempo entre a ocorrência e a ocupação das vagas - Nº de pedidos satisfeitos / nº de pedidos de institucionalizações

4.2. família e comunidade

4.2.1 Diagnóstico sumário

4.2.1.1 Caracterização demográfica

Evolução do número de famílias clássicas na RAM (1981/1991/2001)[5]



Dimensão média das famílias clássicas (1981/1991/2001)

	1981	1991	2001
RAM[5]	4,2	3,8	3,3
País[6]	3,3	3,1	2,8

[5] Fonte: INE – Censos 2001 e Censos 1991
[6] Fonte: INE – "Perfil Género" (2005)

Famílias clássicas da RAM, segundo a sua composição (1981/1991/2001)[7]

Nº Pessoas	1981	1991	2001
C/ 1 pessoa	6.105	7.467	10.203
C/ 2 pessoas	10.805	12.527	16.393
C/ 3 pessoas	9.852	12.547	16.940
C/ 4 pessoas	9.622	12.740	15.329
C/ 5 pessoas	7.474	8.430	7.897
C/ 6 pessoas	5.305	5.181	3.666
C/ 7 pessoas	3.587	2.952	1.613
C/ 8 pessoas	2.412	1.783	753
C/ 9 pessoas	1.564	924	377
C/ 10 pessoas	2.469	1.208	448

Famílias clássicas da RAM, segundo o número de núcleos familiares (1981/1991/2001)[7]

Famílias Clássicas, segundo o número de núcleos familiares (1981/1991/2001)			
Nº Núcleos	Ano		
	1981	1991	2001
Sem Núcleo	8.793	10.159	12.263
Com 1 Núcleo	43.093	49.985	56.025
Com 2 Núcleos	1.634	5.060	4.577
Com 3 Núcleos ou +	5.675	555	394

[7] Fonte: INE – Censos 2001 a 1991

4.2.1.2 Respostas sociais/ âmbito Segurança Social

Centros Comunitários (CC)

Concelhos	Nº CC			Nº utentes inscritos (31.10.2005)	Frequência Média Diária
	Particulares	Oficiais	**Total**		
Ribeira Brava	-	1	1	13	7
Santa Cruz	-	1	1	28	21
Funchal	6	-	6	644	146
Machico	1	-	1	53	12
Calheta	1	-	1	24	10
S. Vicente	2	-	2	225	85
Total	10	2	**12**	**987**	**281**

Refeitórios/Cantinas Sociais (CS)

Nº CS			Frequência Média Diária em 2005
Particulares	Oficiais	**Total**	
2	-	**2**	**165**

Centros de Alojamento Temporário (CAT)

Nº CAT			Nº pessoas acolhidas em 31.12.2005
Particulares	Oficiais	**Total**	
1	-	**1**	**9**

Unidades de Emergência (UE) – (integrado no CAT)

Nº CAT			Nº camas
Particulares	Oficiais	**Total**	
1	-	**1**	**2**

Atendimento/Acompanhamento Social

Nº de Locais de Atendimento dos Serviços de Acção Social por Concelho em 2005	
Concelho	**Nº**
Calheta	8
Câmara de Lobos	6
Funchal	5
Machico	4
Ponta do Sol	3
Porto Moniz	3
Ribeira Brava	2
Santa Cruz	5
Santana	6
São Vicente	3
Porto Santo	1
RAM	**46**

Famílias Apoiadas

Nº de Processos Familiares activos (em 2005)	23.712

Rendimento Social de Inserção (RSI)

Nº Beneficiários e Famílias em 2005	
Nº beneficiários	**Nº famílias**
8.038	2.816

Casas de Abrigo (CA)

(ano 2004)

Nº CA			**Nº mulheres acolhidas**	**Nº crianças/jovens acolhidos**
Particulares	Oficiais	**Total**		
2	-	**2**	16	25

Casas de Transição (CT)

(ano 2004)

Nº CT			**Nº mulheres acolhidas**	**Nº crianças/jovens acolhidos**
Particulares	Oficiais	**Total**		
1	-	**1**	3	8

Nº chamadas recebidas na **Linha de Emergência Social** (ano 2004)	**137**

Respostas Não Tipificadas (RNT) no âmbito da Família e Comunidade

RNT			Nº RNT (31.12.2004)
	Particulares	Oficiais	
Centros de Apoio à População *	3	**-**	**3**

* Inclui respostas de apoio a grupos vulneráveis como: afectados pelo HIV, jovens mães e pessoas carenciadas

4.2.1.3 Principais problemáticas sinalizadas

Nesta área de intervenção as problemáticas foram condensadas em cinco grupos:

- Disfuncionalidade familiar
- Comportamentos desviantes/Dependências
- Problemas habitacionais
- Fracas habilitações/Desvalorização escolar
- Desemprego/Dificuldades de inserção profissional

A disfuncionalidade familiar inclui também as problemáticas relacionadas com a violência doméstica.

Os comportamentos desviantes/ dependências reflectem preocupações ao nível do alcoolismo, da toxicodependência e da prostituição.

As fracas habilitações/ desvalorização escolar reflectem problemas como o analfabetismo, a baixa escolaridade e a própria desvalorização da escola/ ensino.

No que respeita ao desemprego/ dificuldades de inserção social, os problemas associados foram, além do próprio desemprego, o emprego precário, o défice de competências profissionais, a escassez de respostas no mercado de trabalho e os fracos rendimentos.

4.2.2 Orientações estratégicas

4.2.2.1 Formulação da estratégia/ Objectivos

A intervenção junto da Família e Comunidade tem como objectivo geral a **promoção da Inclusão e a prevenção da Exclusão Social**. Em termos de estratégias a desenvolver, procurar-se-á:

- Reforçar a eficácia e eficiência das políticas sociais regionais
- Qualificar a intervenção comunitária com uma dimensão local
- Promover competências ao nível dos diferentes actores sociais (desde os indivíduos, às suas famílias às instituições e equipas)

4.2.2.2 Implementação da estratégia

4.2.2.2.1 Projectos/ Medidas

Área de Intervenção: Família e Comunidade				
• Objectivo estratégico: Reforçar a eficácia das políticas sociais regionais				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
CSSM	**Organização e Gestão do Sistema de Acção Social**	- SRAS - SRS, EPE/SRPT – SRPF - IHM, EPE - SRE - SRE - DRFP/DREER - SRRH - IRE - SRARN - Casas do Povo - Autarquias - IPSS's e ONG's - Empresas de estudos, consultadoria, sistemas de informação e comunicação - Universidades	2007 – 2009	- Nº de Técnicos e equipas existentes - Nº de respostas existentes - Nº de utilizadores com formação no Sistema de Informação de Acção Social (SIAS) - Nº de serviços com acesso ao SIAS - Nº de concelhos cobertos pelo SIAS - Nº de estudos realizados - Nº de procedimentos identificados e sujeitos a processos de melhoria
	Criação de Equipas de Supervisão e Consultadoria	- Universidades - Empresas de estudos, consultadoria, sistemas de informação e comunicação	2007 – 2009	- Nº de técnicos supervisionados e de supervisão - Nº de equipas supervisionadas e de supervisão

Área de Intervenção: Família e Comunidade				
• Objectivo estratégico: Reforçar a eficácia das políticas sociais regionais				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
CSSM	**Plano de Marketing Social (PMS)**	- Universidades - Empresas de estudos, consultadoria, sistemas de informação e comunicação	2008 – 2009	- Nº de projectos abrangidos pelo PMS
	Dossier de Registo Técnico – "Diário de Campo"		2007 - 2009	- Nº de técnicos - Taxa de adesão = Téc. aderentes / Tec. existentes

Área de Intervenção: Família e Comunidade				
• Objectivo estratégico: Reforçar a eficácia das políticas sociais regionais				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
IRE	**Programa Vida e Trabalho** – Visa capacitar os toxicodependentes em tratamento com formação e conhecimentos adequados para o desempenho de tarefas sócio-laborais com vista à sua reinserção na vida activa	- SRAS – SRS, EPE/Centro de Saúde de Santiago	2007-2008	- Nº toxicodependentes abrangidos por planos de acções de formação teórico-prática - Nº toxicodependentes abrangidos por estágios de integração sócio-profissional - Nº toxicodependentes contratados com recurso ao prémio de integração - Nº toxicodependentes colocados após a conclusão do programa
	Empresas de Inserção – Tem por objectivo o desenvolvimento de empresas de inserção que satisfaçam necessidades socialmente úteis, proporcionando a integração de pessoas em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho e de desempregados de longa duração no cumprimento dos fins a que se propõem	- SRAS – SRS, EPE/Centro de Saúde de Santiago	2007-2008	- Nº empresas de inserção criadas - Nº participantes abrangidos por planos de acções de formação - Nº participantes abrangidos por planos de profissionalização - Nº participantes contratados com recurso ao prémio de integração - Nº participantes colocados após a conclusão do plano de inserção

Área de Intervenção: Família e Comunidade				
• Objectivo estratégico: Reforçar a eficácia das políticas sociais regionais				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
IRE	**Programa para beneficiários do RSI** - Permite proporcionar aos beneficiários do RSI uma valorização profissional através de uma formação teórico-prática, em empresas ou entidades privadas sem fins lucrativos, que lhes facilite a sua integração ou reintegração no mercado de trabalho	CSSM	2007-2008	- Nº desempregados abrangidos - Nº colocações dos participantes após a conclusão do programa
	Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados – Visa proporcionar aos subsidiados uma ocupação temporária em actividades de interesse colectivo, de modo a lhes proporcionar competências profissionais e sociais, contribuindo para a sua futura integração no mercado de trabalho	CSSM	2007-2008	- Nº desempregados abrangidos - Nº colocações dos participantes após a conclusão do programa
	Programa Ocupacional de Desempregados – Visa proporcionar aos desempregados uma ocupação temporária pelo período de 9 meses em actividades de interesse colectivo	CSSM	2007-2008	- Nº desempregados abrangidos - Nº colocações dos participantes após a conclusão do programa

Área de Intervenção: Família e Comunidade				
• Objectivo estratégico: Reforçar a eficácia das políticas sociais regionais				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
IRE	**Criação do Próprio Emprego** – Tem por objectivo estimular o regresso dos desempregados beneficiários das prestações de desemprego à vida activa e prevenir o risco de exclusão social através da atribuição da totalidade das prestações de desemprego, bem como de um subsídio especial, como apoio ao investimento na criação do próprio emprego	CSSM	2007-2008	- Nº postos de trabalho criados
	Apoio à família – Permite apoiar a substituição temporária dos trabalhadores ausentes do posto de trabalho por motivos de apoio à família	CSSM	2007-2008	- Nº desempregados abrangidos - Nº colocações dos participantes após a conclusão do programa

Área de Intervenção: Família e Comunidade				
• Objectivo estratégico: Qualificar a intervenção comunitária com uma dimensão local				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
CSSM	**Rede de Centros Comunitários**	- SRAS - SRS, EPE/SRPT - SRPF - IHM,EPE - SRE - SRE - DRFP/DREER - SRRH - IRE - SRARN - Casas do Povo - Autarquias - IPSS's e ONG's - Universidades - Empresas	2007 – com acção continuada	- Nº de centros existentes - Nº de concelhos cobertos - Nº de utilizadores inscritos por projecto - Nº de utilizadores abrangidos por projecto - Nº de parceiros activos - Nº de projectos em execução e executados

Área de Intervenção: Família e Comunidade				
• Objectivo estratégico: Qualificar a intervenção comunitária com uma dimensão local				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
DRSP	**Projecto Manus** - Equipa de Rua (redução de riscos e danos)	- SRAS - SRS, EPE/ Centro de Saúde de Santiago	2007 – 2010	- N.º de utentes abrangidos - N.º de acções realizadas
	Projecto "Abraçar o Futuro" – Identificação e encaminhamento de situações de risco entre crianças e jovens com problemáticas familiares relacionadas com a toxicodependência	- SRAS - SRS, EPE/ Centro de Saúde de Santiago	2007 – 2010	- N.º de utentes abrangidos - N.º de acções realizadas
	Projecto de Prevenção da Infecção pelo HIV - Este Projecto focaliza os meios escolar e laboral bem como os padrões de comportamento de multiparceiros sexuais	- SRAS - DRSP/CRLCS	2007 - 2010	- N.º de instituições abrangidas - Nº. de utentes abrangidos - Nº. de acções realizadas

Área de Intervenção: Família e Comunidade				
• Objectivo estratégico: Promover competências ao nível dos diferentes actores sociais				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
CSSM	**Intervenção Precoce e Competências Parentais**	- SRAS - SRS, EPE/SRPT – SRPF - IHM,EPE - SRE - SRE - DRFP/DREER - SRRH - IRE - SRARN - Casas do Povo - Autarquias - IPSS's e ONG's - Universidades - Empresas	2007 – 2009	- Nº de núcleos existentes - Nº de concelhos cobertos - Nº de beneficiários - Nº de parceiros activos - Nº de projectos em execução e executados
	Caderneta do Utente	- SRAS - SRS, E.P.E/SRPT – SRPF - IHM, EPE - SRE - SRRH - IRE - Autarquias - IPSS's e ONG's	2008 - 2009	- Nº de beneficiários abrangido

Área de Intervenção: Família e Comunidade				
• Objectivo estratégico: Promover competências ao nível dos diferentes actores sociais				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
DRSP	**Acções de Educação para a Saúde** – Esta medida procura incentivar as famílias a adoptarem comportamentos mais saudáveis e permanecerem livres de drogas	- SRAS - SRS, EPE	2007 – 2010	- N.º de famílias abrangidas - N.º de acções realizadas
	Apoio às famílias de toxicodependentes – Manutenção dos grupos de famílias e implementação de Terapia Familiar	- SRAS - SRS, EPE/Centro Saúde Santiago e C. Extensão de Psiquiatria	2007 – 2010	- N.º de famílias abrangidas - N.º de acções realizadas

4.3. idosos

4.3.1 Diagnóstico sumário

4.3.1.1 Caracterização demográfica

População idosa (65 e + anos) residente na RAM (1981/1991/2001)[8]		
1981	**1991**	**2001**
26.461	29.419	33.578

População idosa residente na RAM, por sexo e grupos etários (65 e + anos) em 31.12.2004[9]			
Escalões Etários	**Sexo**		
	H	**M**	**HM**
65-69 anos	3729	5907	9636
70-74 anos	3540	5861	9401
75-79 anos	2196	4228	6424
80-84 anos	1296	2700	3996
85 e + anos	855	1917	2772
Total	**11616**	**20613**	**32229**

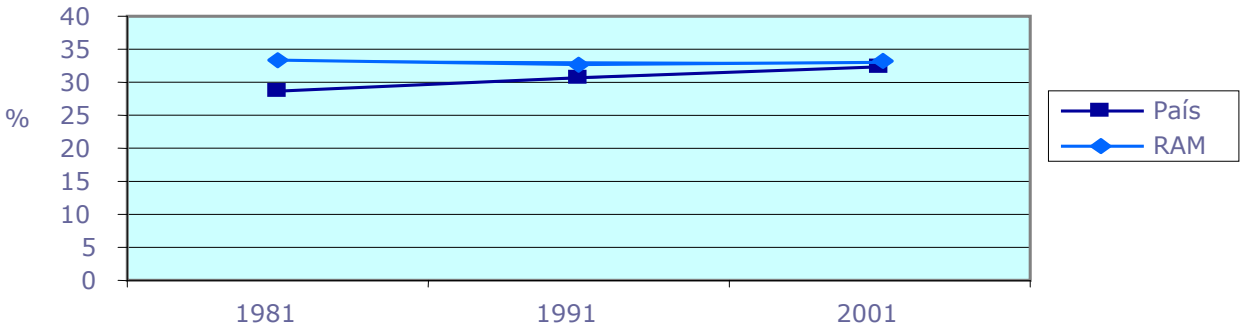
Famílias Clássicas com Idosos (65 ou + anos) em 1981, 1991 e 2001[9]

	1981			1991			2001		
	Nº famílias	**%**	**Total famílias**	**Nº famílias**	**%**	**Total famílias**	**Nº famílias**	**%**	**Total famílias**
RAM	19.712	33,3	59.195	21.490	32,7	65.759	24.331	33,1	73.619
País	842.195	28,8	2.924.443	968.286	30,8	3.147.403	1.179.730	32,3	3.650.757

[8] Fonte: Censos 2001 e Censos 1991

[9] Fonte: INE - - "Estimativas da população residente, segundo o sexo e por idades ano a ano, NUTS II, em 31/XII/2004/NUTS novas" (2001)

Evolução da % de Famílas Clássicas com idosos (65 anos e mais anos) na RAM e no País



Proporção de Idosos

Anos	RAM[10]	País[11]	UE 25[12]
2001	13,4	16,5	15,9
2002	13,4	16,7	16,1
2003	13,3	16,8	16,3
2004	13,2	17,0	16,5

Índice de Envelhecimento

Anos	RAM[13]	País[14]
2001	71,2	104,17
2002	71,7	105,46
2003	71,4	106,82
2004	72,0	108,69

Esperança de Vida à Nascença

Anos	RAM	País
2001	72,9[11]	76,9[11]
2002	73,1[11]	77,1[11]
2003	73,0[15]	77,3[16]
2004	73,4[16]	77,8 [16]

[10] Fonte: DRE
[11] Fonte: Censos 2001 e Censos 1991
[12] Fonte: EUROSTAT
[13] Fonte: DRE – "Indicadores e taxas, segundo os anos (1993-2003);
[14] Fonte: INE – "Perfil Género" (2005);
[15] Fonte: INE – "Indicadores de população por concelho, 2003"
[16] Fonte: INE – "Indicadores de população por concelho, 2004"

4.3.1.2 Respostas sociais/ âmbito Segurança Social[17]

Centros de Convívio (CC)

Concelhos	Nº CC			Nº utentes inscritos (31.12.2005)	Frequência Média Diária
	Particulares	Oficiais	Total		
Santana	-	2	2	60	36
Santa Cruz	1	1	2	115	48
Machico	2	2	4	149	103
Ribeira Brava	1	1	2	42	28
Câmara de Lobos	3	1	4	87	64
S. Vicente	2	-	2	52	44
Funchal	7	-	7	280	187
P. Moniz	3	-	3	112	54
Ponta do Sol	1	-	1	68	20
Calheta	1	-	1	83	30
Total	21	7	**28**	**1048**	**614**

Centros de Dia (CD)

Concelhos	Nº CD			Nº utentes inscritos (31.12.2005)	Frequência Média Diária
	Particulares*	Oficiais	Total		
Funchal	4	3	7	54	51
Santana	-	1	1	28	20
Câmara de Lobos	3	-	3	144	91
Ribeira Brava	1	-	1	4	4
S. Vicente	2	-	2	62	45
Machico	1	-	1	2	2
Total	11	4	**15**	**294**	**213**

* Inclui 1 instituição com fins lucrativos

Centros de Dia/Convívio (CD/C)

Concelhos	Nº CD/C			Nº utentes inscritos (31.12.2005)	Frequência Média Diária
	Particulares	Oficiais	Total		
Funchal	1	1	2	75	71
Santa Cruz	1	-	1	143	50
Câmara de Lobos	-	1	1	80	73
Ponta do Sol	-	1	1	28	28
Machico	-	1	1	36	33
Santana	1	-	1	62	43
Porto Santo	1	-	1	25	20
Total	3	4	**7**	**449**	**318**

[17] Dados do CSSM

Centros de Noite (CN)

Concelhos	Nº CN			Nº utentes (31.12.2005)
	Particulares	Oficiais	**Total**	
Funchal	1	-	**1**	**12**

Residências (RD)

Concelhos	Nº RD			Nº utentes (31.12.2005)
	Particulares	Oficiais	**Total**	
Funchal	2	-	2	22
Ribeira Brava	1	-	1	5
Total	3	**-**	**3**	**27**

Lares

Concelhos	Nº Lares			Nº utentes (31.12.2005)
	Particulares*	Oficiais	**Total**	
Funchal	6	3	9	506
Câmara de Lobos	-	1	1	13
Machico	1	1	2	79
Ponta do Sol	-	1	1	21
Santa Cruz	2	-	2	108
S. Vicente	1	-	1	31
Ribeira Brava	2	-	2	60
Calheta	2		2	80
P. Santo	1		1	24
Total	15	6	**21**	**922**

* Inclui 1 instituição com fins lucrativos

Unidades de Emergência (UE)
(integrado num lar oficial para idosos)

Concelhos	Nº UE			Nº camas
	Particulares	Oficiais	**Total**	
Funchal	-	1	**1**	**1**

Ajuda Domiciliária (AD)

Nº Entidades Gestoras			Nº utentes (31.12.2004)
Particulares	Oficiais	**Total**	
4	1	**5**	**2892**

Serviços Complementares da Ajuda Domiciliária

(2004)

Lavandaria			Serviço Distribuição de Refeições		
Gestão Oficial	Gestão Particular	**Total**	Gestão Oficial	Gestão Particular	**Total**
1	6	**7**	1	2	**3**

Rede Regional Cuidados Continuados Integrados (RRCCI)

Nº utentes apoiados no domicílio (31.12.2005)	**152**

Serviço Tele – Alarme

Nº de utentes que aderiram ao Tele-Alarme (ano de 2005)	**23**
Nº de processos (31.12.2005)	**72**

4.3.1.3 Principais problemáticas sinalizadas

Relativamente aos Idosos, foram consideradas cinco grandes problemáticas:

- Solidão/Abandono familiar
- Precariedade económica
- Problemas de saúde/Dependência
- Habitação precária/Fracas acessibilidades
- Rede de equipamentos/Respostas sociais deficitárias

A solidão/ abandono familiar engloba problemas diversos como o isolamento e a solidão, o abandono por parte da família, a negligência, o fraco ou inexistente apoio familiar, o aumento do numero de idosos a viverem sós e de idosos a cuidarem de idosos, as altas problemáticas e a falta de relações afectivas.

A precariedade económica é o resultado de um conjunto de problemas apresentados como as dificuldades económicas associadas às baixas pensões, os encargos elevados com a saúde, o baixo nível sócio-económico das famílias com idosos, a falta de apoio à famílias com idosos a cargo e a fraca protecção social à população idosa.

Nos problemas de saúde/ dependência, foram também incluídos os cuidados de saúde escassos e demorados e a falta de apoio psicológico aos mais velhos.

A habitação precária/ fracas acessibilidades envolve também problemas com as barreiras arquitectónicas.

Ao nível da rede de equipamentos/ respostas sociais deficitárias também foram incluídas a falta de actividades dirigidas aos idosos e falta de resposta no apoio domiciliário.

4.3.2 Orientações estratégicas

4.3.2.1 Formulação da estratégia/ Objectivos

Tendo em conta o contexto demográfico em que nos encontramos e o que se espera do mesmo, num futuro a curto e médio prazo, o grande objectivo desta área passa por **atenuar os efeitos do envelhecimento demográfico.**

Os objectivos estratégicos a desenvolver serão:

- Reajustar a intervenção à realidade social
- Reforçar as competências e capacidades das famílias no desempenho da sua função de apoio aos mais velhos
- Retardar as dificuldades, dependências e incapacidades decorrentes do envelhecimento humano

4.3.2.2 Implementação da estratégia

4.3.2.2.1 Projectos/ Medidas

Área de Intervenção: Idosos				
• Objectivo estratégico: Reajustar a intervenção à realidade social				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
CSSM	**Assessoria Técnica aos Lares e Centros de IPSS's ou Equiparadas para Idosos**	- IPSS	2008 – 2009	- Nº de técnicos - Frequência de assessoria técnica
	Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Equipamentos Oficiais para Idosos	- SRAS - SRS, EPE - SRE - Autarquias	2007 - 2009	- Nº de técnicos - Área de formação dos técnicos - Nº de Equipamentos abrangidos

Área de Intervenção: Idosos				
• Objectivo estratégico: Reforçar as competências e capacidades das famílias no desempenho da sua função de apoio aos mais velhos				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
CSSM	**Unidades de Internamento Provisório**	- IPSS's e ONG's	2007 – com acção continuada	- Nº de internamentos provisórios realizados/ano - Duração média dos internamentos - Nº de unidades envolvidas

Área de Intervenção: Idosos				
• Objectivo estratégico: Retardar as dificuldades, dependências e incapacidades decorrentes do envelhecimento humano				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
CSSM	**Banco de Ajudas Técnicas**	- IPSS's e ONG's	2007– com acção continuada	- Nº e tipo de ajudas técnicas cedidas - Nº beneficiários
	Projecto "Recriar o Futuro"	- Organizações Públicas e Privadas	2007 - 2009	- Nº de acções formativas - Nº de organizações aderentes - Nº de formandos

Área de Intervenção: Idosos				
• Objectivo estratégico: Retardar as dificuldades, dependências e incapacidades decorrentes do envelhecimento humano				
Entidade Responsável	**Projectos/ Medidas de Intervenção**	**Parceiros a envolver**	**Calendarização**	**Indicadores de avaliação**
DRSP	**Projecto Madeira Região Saudável** – Associação da actividade física e saúde, promoção da qualidade de vida e incentivo à socialização	- SRAS – DRSP - AMDpT	2007 – 2010	- N.º de utentes abrangidos - Nº de complexos habitacionais envolvidos - N.º de fogos abrangidos
	Projecto Envelhecer com Saúde – Educação para a Saúde	- SRAS - DRSP/SRS EPE/Centros de Saúde	2008 -2009	- Material de Educação para a Saúde produzido - N.º de acções realizadas - N.º de utentes abrangidos

5. anexos

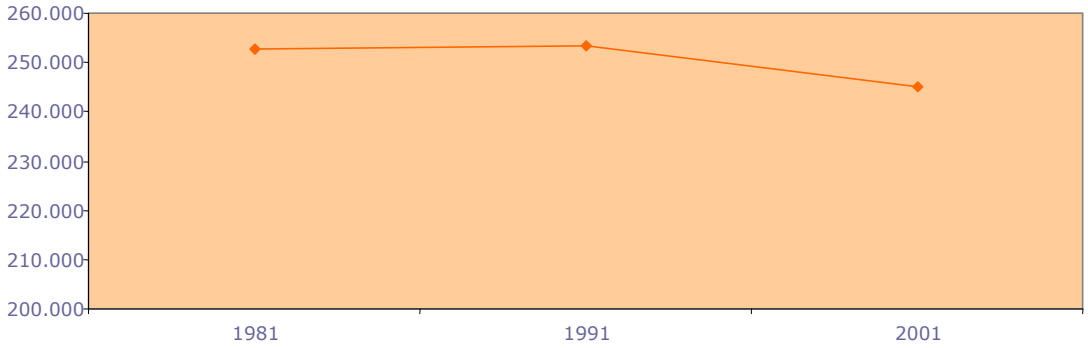
5.1 Indicadores Gerais

5.1.1 Indicadores demográficos

Evolução da população residente por concelho na RAM, País e UE25 (1981/1991/2001)[18]

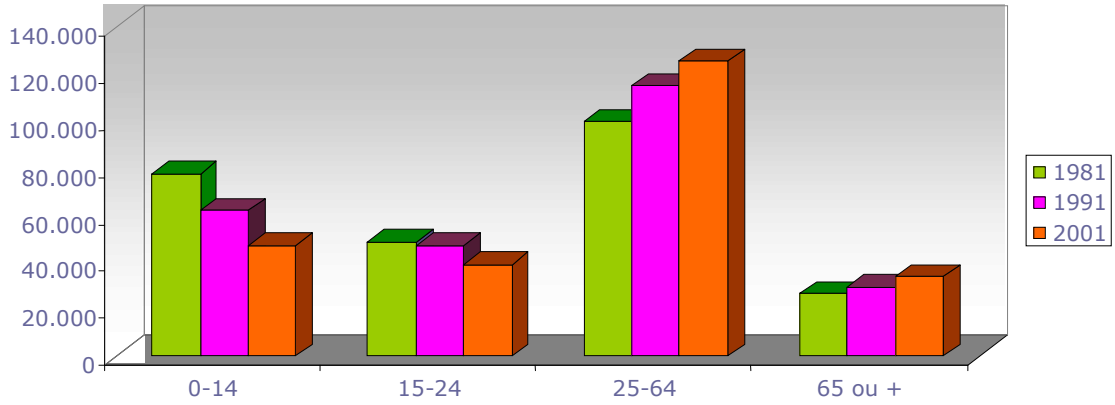
Concelho	1981	1991	2001
Calheta	12.954	13.005	11.946
C.ª de Lobos	31.035	31.476	34.614
Funchal	112.746	115.403	103.961
Machico	22.126	22.016	21.747
Ponta do Sol	9.149	8.756	8.125
Porto Moniz	3.963	3.432	2.927
Porto Santo	4.376	4.706	4.474
Ribeira Brava	13.480	13.170	12.494
Santa Cruz	23.261	23.465	29.721
Santana	11.253	10.302	8.804
São Vicente	8.501	7.695	6.198
RAM	**252.844**	**253.426**	**245.011**
País	**9.833.014**	**9.867.147**	**10.356.117**
UE25	**428.589.567**	**440.971.839**	**452.189.224**

Evolução da população residente na RAM (1981/1991/2001)

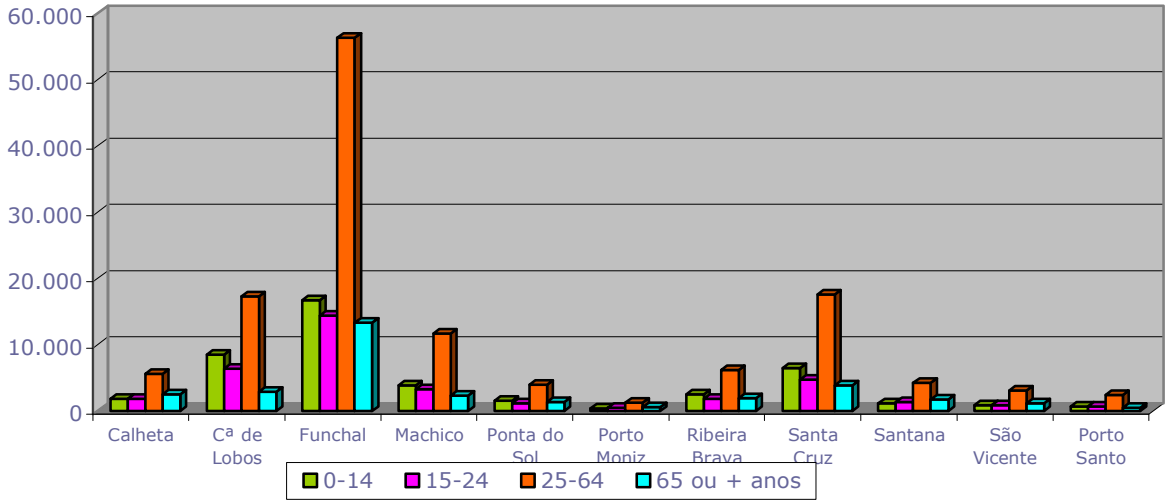


[18] Fonte: INE - Censos 2001, Censos 1991; EUROSTAT

Evolução da população residente por grupo etário na RAM (1981/1991/2001)[19]

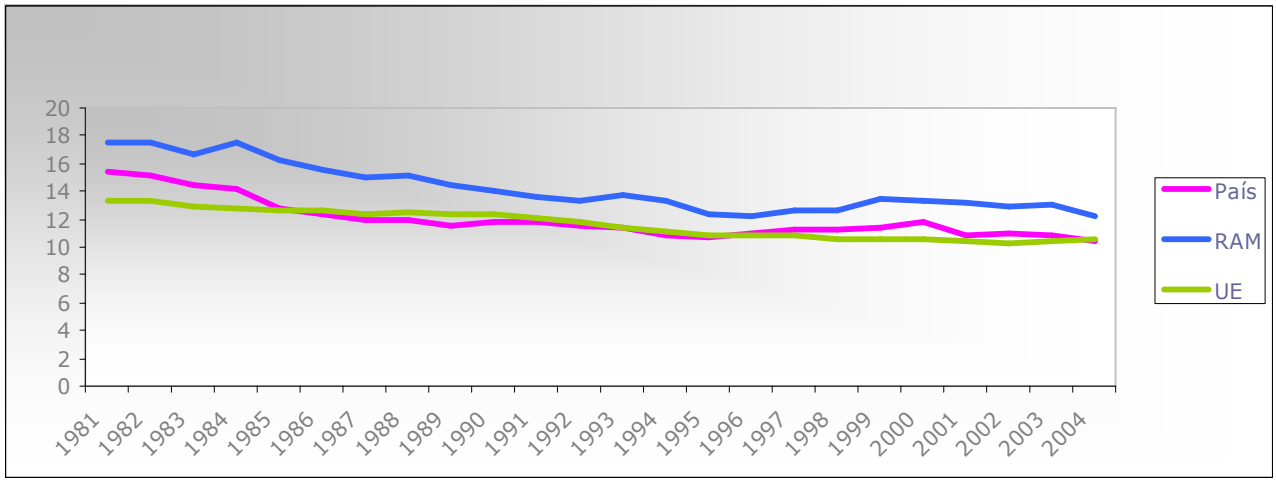


População residente na RAM por grupos etários e concelhos (2004)[20]

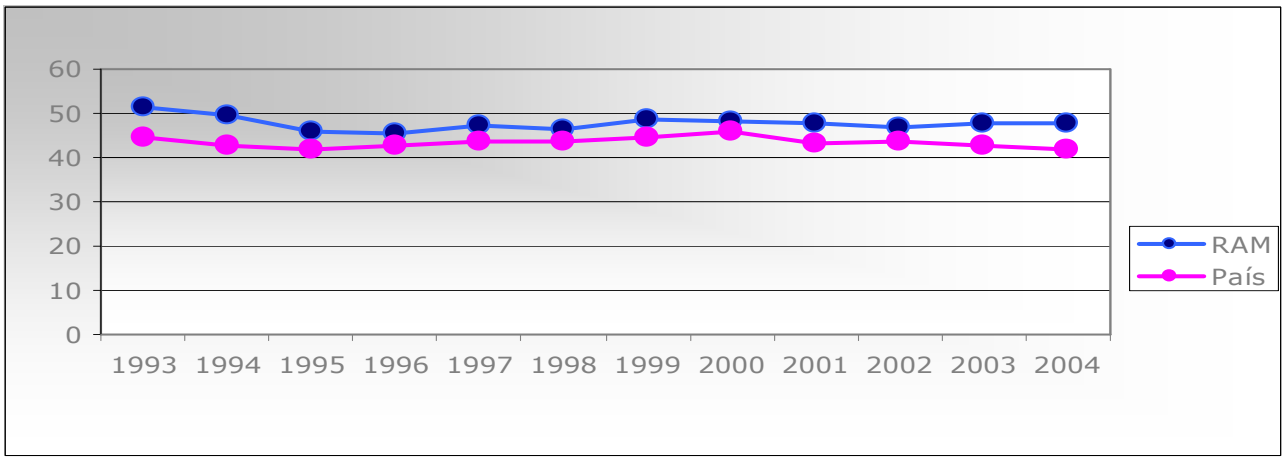


[19] Fonte: INE - Censos 2001 e Censos 1991
[20] Fonte: INE - "Estimativas da população residente, segundo o sexo e por idades ano a ano, NUTS II, em 31/XII/2004/NUTS novas" (2001)

Evolução da Taxa de Natalidade na RAM, País e UE25 (1981-2004) (‰)[21]

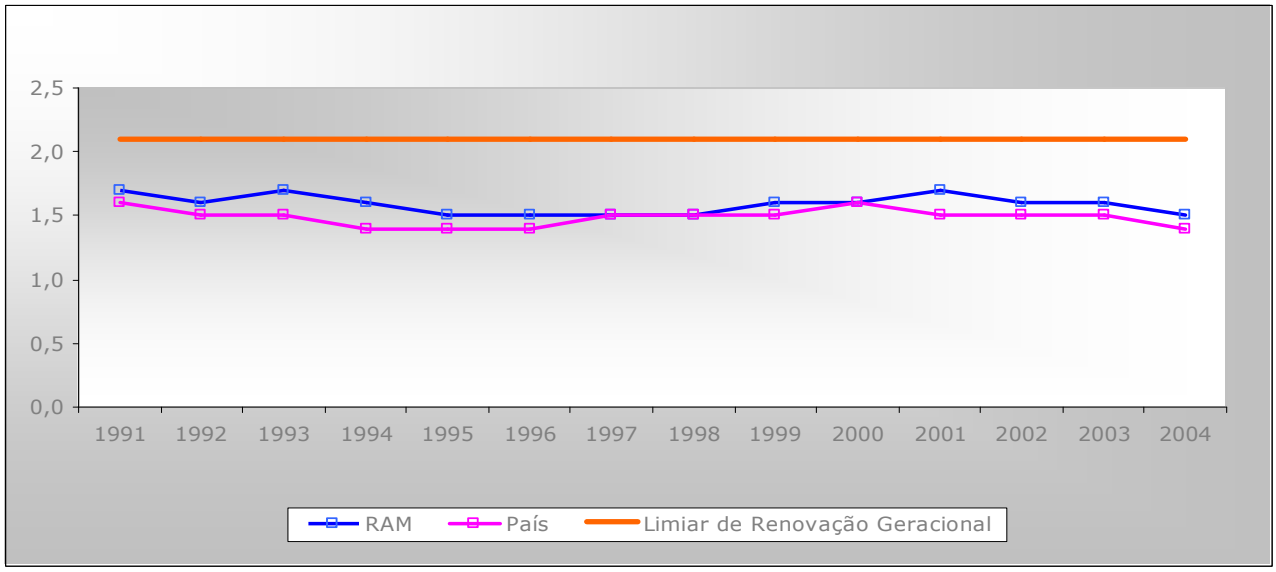


Evolução da Taxa de Fecundidade na RAM e no País (1993-2004) (‰)[22]



[21] Fonte: DRE – "Indicadores e taxas, segundo os anos (1993-2004)"; INE – Censos 2001 e Censos 1991; INE – "Principais Indicadores Demográficos 2004";
[22] Fonte: DRE – "Indicadores e taxas, segundo os anos (1993-2003)"

Índice Sintético de Fecundidade na RAM e no País (1991-2001)[23]



[23] Fonte: INE – "Indicadores de população" (2004); DRE – "Indicadores e taxas, segundo os anos (1993-2004)"

Projecção da população residente, por grandes grupos etários na RAM (NUTS 2001), 2010- 2030[24]

CENÁRIO BASE

	2010	2020	2030
0-14	42.402	38.834	34.609
15-24	31.994	27.815	25.567
25-64	140.649	144.664	136.458
65 +	35.074	40.482	52.404
Total	**250.119**	**251.795**	**249.038**
Índice Envelhecimento	82,7	104,2	151,4
Índice Dependência Total	44,9	46,0	53,7
Índice de Dependência de Jovens	24,6	22,5	21,4
Índice de Dependência de Idosos	20,3	23,5	32,3

Projecção da população residente na RAM, Açores e Portugal Continental (NUTS 2001) e UE25, 2010-2030[25]

CENÁRIO BASE

Anos	RAM	Açores	Portugal Continental	Total do País	UE 25[25]
2010	250.119	247.860	10.128.120	10.626.099	464.053.588
2020	251.795	254.638	9.982.504	10.489.159	469.270.240
2030	249.038	256.628	9.700.626	10.206.292	469.365.411

[24] Fonte: INE – Projecções de População Residente, Portugal e NUTS II 2000-2050" (2004)
[25] Fonte: DRE

5.1.2 Indicadores de educação/ensino

População residente na RAM por sexo, segundo o nível de instrução (2001)[26]

Nível de instrução	H	M	HM
Sem nível de ensino	15.582	21.763	37.345
Ensino Pré - Escolar a frequentar	2.766	2.590	5.356
1º Ciclo	40.936	46.195	87.131
2º Ciclo	17.457	14.913	32.370
3º Ciclo	14.739	13.757	28.496
Ensino Secundário	16.089	18.194	34.283
Ensino Médio	512	647	1.159
Ensino Superior	7.130	11.741	18.871
Totais	**115.211**	**129.800**	**245.011**

Evolução da Taxa de Analfabetismo[27]

Anos	RAM	País
1981	26,6	18,6
1991	15,3	11,0
2001	12,7	9,0

[26] Fonte: INE – Censos 2001
[27] Fonte: INE - Censos 2001 e Censos 1991

5.1.3 Indicadores de emprego

Estatísticas do Emprego na RAM (2004)[28]

População Total	População Activa	População Empregada	População Desempregada
243.806	116.985	113.477	3.508

Taxas de Emprego e Desemprego na RAM, País e UE25 (2004)

RAM[25]	
Taxa de Emprego	**Taxa de Desemprego**
66,6%	3,0%
PAÍS[29]	
Taxa de Emprego	**Taxa de Desemprego**
67,8%	6,7%
UE 25	
Taxa de Emprego	**Taxa de Desemprego**
63,3%[30]	9,1%[31]

População residente empregada, segundo a situação na profissão, por ramos de actividade económica (2001)[32]

Ramos de actividade	Total
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	8.888
Indústria, electricidade, gás e construção	26.730
Comércio e serviços	69.890
TOTAIS	**105.508**

[28] Fonte: DRE – "Estatísticas do Emprego" (Médias Anuais)
[29] Fonte: INE – "Estatísticas do Emprego" (Indicadores de População)
[30] EUROSTAT (15-64 anos)
[31] EUROSTAT (15-74 anos)
32 [32] Fonte: INE - Censos 2001

5.2 Conceitos

Abandono – Ausência de protecção da criança ou jovem por desistência ou recusa das competências parentais, pelo que a primeira encontra-se entregue a si própria, não tendo quem lhe assegure a satisfação das suas necessidades físicas básicas e de segurança.

Abandono escolar – Abandono do ensino básico obrigatório por crianças e/ou jovens em idade escolar, entre os 6 e os 15 anos de idade.

Absentismo escolar – Situação que se traduz na não frequência das aulas, ainda que se mantenha o vínculo à instituição escolar.

Acolhimento familiar – Resposta social que tem como objectivo acolher transitória e temporariamente, por famílias consideradas idóneas para a prestação desse serviço, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio- educativa.

Acolhimento institucional para crianças e jovens – Trata-se da assunção de responsabilidades educativas (ao nível jurídico, moral, social e escolar) cometidas normativamente aos progenitores biológicos, por parte dos lares das crianças e/ou jovens que acolhem. Estas responsabilidades, implicando a substituição das famílias de origem, incluem o acompanhamento das crianças e dos jovens quer ao nível do seu desenvolvimento físico (alimentação, cuidados de saúde) quer ao nível psicológico (equilíbrio emocional, desenvolvimento cognitivo e afectivo), tendo em conta a adequação à sua idade, género de pertença, origens sociais, percursos de vida e características de personalidade.

Agregado familiar – Conjunto de indivíduos que vivem na mesma casa e que têm entre si algum laço de parentesco e/ou economia comum.

Ajuda domiciliária - Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados ou personalizados ao domicílio, a adultos e/ou idosos, quando estes por motivo de doença, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas da vida diária.

Atendimento/Acompanhamento social – Resposta social que visa informar, orientar, encaminhar e apoiar as famílias em dificuldade, na prevenção e/ou resolução de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão, assente numa relação de reciprocidade técnico/utente, tendo em vista a promoção de condições facilitadoras da sua inserção, através, do apoio à elaboração e acompanhamento de um projecto de vida.

Casa de Abrigo – Unidade residencial destinada a proporcionar acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores.

Casa de Transição – Resposta social de carácter transitório, destinada a apoiar mulheres vítimas de violência doméstica que tenham sido acompanhadas em casas de abrigo e que, mesmo ultrapassada a situação de risco, ainda não reúnam as condições sociais globais e necessárias à sua integração plena e autónoma na sociedade.

Centro Comunitário – Estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um núcleo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido. Os serviços e actividades prestados por estas estruturas, traduzem as necessidades e aspirações da população em geral e resultam da convergência de parcerias e recursos existentes.

Centro de Acolhimento Temporário (CAT) – Resposta social que tem por finalidade o acolhimento transitório de crianças e jovens em situação de risco social, cujas problemáticas exigem o seu afastamento temporário da (s) família (s) e (ou) do ambiente de origem.

Centro de Actividades de Tempos Livres (ATL) – Resposta social para crianças, geralmente a partir dos 6 anos, e/ou para ambos o sexos, proporcionando-lhes actividades de carácter lúdico e sócio-cultural, durante os períodos disponíveis das responsabilidades escolares e/ou de trabalho.

Centro de Alojamento Temporário – Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a acolher, por um período de tempo limitado, pessoas em situação de carência, nomeadamente população flutuante, famílias desalojadas e outros grupos em situação de emergência social e que deve funcionar numa rede de medidas integradoras.

Centro de Convívio – Resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com idosos de uma comunidade.

Centro de Dia - Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços (refeições completas) que contribui para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar. Neste âmbito desenvolvem-se também actividades sócio-recreativas e culturais organizados com idosos de uma comunidade.

Centro de Dia/Convívio - Resposta social desenvolvida em equipamento preparada para funcionar integralmente como um Centro de Dia, mas por motivos ligados à disponibilidades dos utentes, funciona com base nas necessidades destes. Assim, tem um grupo de idosos que auferem da resposta Centro de Dia, e outro que comparece ao centro apenas numa parte do dia, o que corresponde às actividades desenvolvidas em Centro de Convívio.

Centro de Noite - Resposta Social desenvolvida em instalações onde seja disponibilizado alojamento nocturno, com serviços de utilização comum, com idosos com autonomia parcial ou total ou em situação de isolamento nocturno.

Dimensão média da família – Quociente entre o número de pessoas residentes em famílias clássicas e o número de famílias clássicas residentes.

Empowerment - Processo contínuo de inclusão que passa pela responsabilização, reconhecimento, iniciativa e/ou criação e dinamização de recursos e instrumentos por indivíduos, grupos e comunidades, na conquista de maior autonomia, permitindo aumentar a eficácia do exercício da cidadania. Esta dinâmica traduz-se num acréscimo de poder psicológico, sócio-cultural, político e económico.

Esperança de vida à nascença – Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

Estabelecimentos Oficiais – Estabelecimentos geridos pelo Centro de Segurança Social da Madeira.

Equipamentos Sociais – São estruturas físicas onde se integram uma ou mais valências de apoio social (Lares, Centros de Convívio, Centros de Dia, Centros Comunitários).

Exercício abusivo de autoridade – Uso abusivo do poder paternal que se traduz na prevalência dos interesses dos detentores do mesmo, em detrimento dos direitos e protecção da criança e/ou jovem.

Exclusão social – Conceito que traduz uma situação oposta à de participação e que pode assumir diversas acepções conforme os contextos nacionais em que é utilizada. A tradição anglo-saxónica associa-a a impedimentos que impossibilitam as pessoas de exercer o seu estatuto de cidadãos e portanto de usufruir de direitos como o direito à habitação, ao emprego, à saúde, à educação, à posse de uma identidade positiva, entre outros. Nos países francófonos o conceito refere-se à ruptura de laços sociais (institucionais como os sistemas de emprego, de habitação e informais como a família, os vizinhos) e é entendido como um processo que em fases extremas pode conduzir ao isolamento social. A exclusão social pode ainda ser entendida como o posto de inclusão ou empowerment, isto é como a privação da capacidade de intervir nas próprias condições de vida, o que supõe o afastamento dos excluídos dos mecanismos de transformação societal e das decisões, inclusivamente daquelas a que eles dizem mais directamente respeito.

Exposição a modelos de comportamentos desviantes - Comportamentos no adulto que promovem na criança padrões de condutas anti-sociais ou desviantes como a agressividade, a apropriação indevida, o consumo de drogas, entre outras.

Família alargada – Duas ou mais famílias conjugais (nucleares ou monoparentais) ligados por uma qualquer relação de parentesco.

Família clássica – Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Família extensa – Família conjugal que vive com um ou mais parentes para além dos filhos.

Família monoparental – Indivíduo sozinho que vive com filhos.

Família nuclear – Casal com filhos ou casal sem filhos.

Indicadores – São elementos observáveis a partir dos quais se pode recolher informação para efeitos de verificação empírica.

Índice de dependência de jovens – Relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência total - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

Índice de envelhecimento – Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas dos 0 aos 14 anos).

Índice sintético de fecundidade – Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

Lar para Idosos - Resposta social desenvolvida em equipamentos de alojamento colectivo de utilização temporária ou permanente, para idosos em situação de maior risco de perda de autonomia e/ ou independência que assegura a satisfação das suas necessidades básicas. Nesta resposta além do fornecimento de alimentação e da prestação dos cuidados de saúde, higiene e conforto, fomenta-se o convívio e a ocupação dos tempos livres dos utentes.

Lar para Crianças e Jovens - Resposta social que se destina ao acolhimento de crianças e jovens desprotegidos de meio familiar, cuja problemática justifica o afastamento da (s) família de origem, proporcionando-lhes simultaneamente estruturas de vida tão aproximadas quanto possível à (s) família (s) tendo em vista o seu desenvolvimento global. Esta resposta deverá favorecer uma relação afectiva de tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração das crianças e/ou jovens na comunidade.

Linha de Emergência Social – Resposta social desenvolvida através de um serviço de atendimento a situações de vulnerabilidade e desprotecção resultantes de não estarem asseguradas as condições mínimas de sobrevivência, e que constituam um risco real, actual ou eminente para a integridade física.

Maus-tratos físicos – Acção não acidental de algum adulto que provocou danos físicos ou doenças na criança e/ou jovem ou que a (o) coloca em grave risco de os ter como consequência de uma negligência.

Maus-tratos psicológicos/Abuso emocional – Situação que ocorre quando não são tidas em consideração as necessidades psicológicas da criança e/ou jovem, particularmente as que têm a ver com as relações interpessoais e com a auto-estima.

Negligência – Situação em que as necessidades físicas básicas da criança e/ou jovem e a sua segurança não são atendidas por quem cuida dela (pais ou outros responsáveis) embora não de uma forma manifestamente intencional de lhe causar danos.

Nível de instrução – Formação escolar adquirida na idade normal ou posteriormente. Para as pessoas que ainda estudam considera-se o grau escolar imediatamente inferior ao que frequentam.

Núcleos de Atendimento – Os núcleos de atendimento representam outros serviços de atendimento de mulheres vítimas de violência, assegurados por organizações não governamentais e instituições particulares de solidariedade social, ou outras entidades de natureza similar, actuando em coordenação com a rede pública de Casa de Apoio a Mulheres Vítimas de Violência.

Núcleo familiar – Conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, entre as quais existe um dos seguintes tipos de relação: casal com um ou sem filho(s) solteiro(s), pai ou mãe com filhos(s) solteiro(s), avós com netos(s) solteiros(s) e avô(ó) com netos(s) solteiros(s).

Parceria – Dinâmica de funcionamento e intervenção, cooperativa e negociada, entre entidades públicas e privadas e outros actores locais, com o objectivo de potenciar o desenvolvimento local. Esta forma de funcionamento em que a tomada de decisão é assumida como um compromisso colectivo, permite uma racionalização das intervenções, reduzindo custos e riscos e promovendo trocas de experiências, de conhecimentos e de saberes.

Participação activa – Co-responsabilização do utente na definição do seu próprio projecto de vida.

Perigo – Considera-se que a criança e/ou jovem está em perigo quando se encontra numa das seguintes situações:

- Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação e desenvolvimento;

- Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover a situação.

Pobreza – Refere-se às deficientes condições materiais de existência, podendo ser relativa quando a insuficiência de recursos materiais é impeditiva do acesso a condições de vida dignas segundo o padrão de cada país, ou absoluta quando essa deficiência é inibidora da satisfação de necessidades de subsistência e impede o desempenho das actividades elementares do quotidiano.

População activa – Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População empregada – Abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, tenham efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros.

População residente – Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Processo de promoção e protecção – Processo que tem por objecto a promoção dos direitos e a protecção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem- estar e desenvolvimento integral.

Prestação – Assume natureza pecuniária e possui carácter transitório, sendo variável o respectivo montante.

Prestação de Serviços Sociais – Forma de apoio a pessoas, famílias ou grupos sociais numa vertente preventiva e/ou de ajuda na resolução de problemas (Apoio Domiciliário, Acolhimento Familiar, Adopção).

Proporção de idosos – Peso dos idosos (65 ou mais anos) na população residente.

Proporção de jovens – Peso dos jovens (0-14 anos) na população residente.

Ramo de actividade económica – Classe de actividade económica desenvolvida pela empresa, estabelecimento ou unidade análoga, onde o indivíduo exerceu a profissão principal, na semana de referência.

Rede Regional de Cuidados Integrados Continuados Integrados (RRCCI) – Estrutura de apoio constituída por serviços de apoio ao domicílio e de internamento transitório e prolongado que prestam conjuntamente cuidados de saúde e de apoio social, promovendo a autonomia dos seus utilizadores.

A **RRCCI** norteia a sua acção pelos seguintes princípios:

- Participação da pessoa com dependência ou em risco de perda de autonomia;
- Envolvimento da família no processo de prestação de cuidados;
- Proximidade de cuidados de forma a manter o contexto relacional social;
- Interdisciplinaridade, baseado no respeito pelos saberes dos diferentes profissionais;
- Continuidade de cuidados de reabilitação global, de intersectorialidade, da multidisciplinaridade e da qualidade.

Redes sociais de suporte – Instituições a nível regional, com vista à criação de condições de acesso dos jovens ao emprego, formação profissional e habitação.

Refeitório/Cantina Social – Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal, tratamento de roupas e ainda outras actividades desenvolvidas em "ateliers".

Rendimento Social de Inserção (RSI) – Consiste numa prestação incluída num subsistema de solidariedade no âmbito do sistema público de segurança social, e num programa de inserção de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

Residência para Idosos - Resposta social desenvolvida em equipamento constituído por um conjunto de apartamentos ou dormitórios, com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial.

Residência de Autonomização – Unidade residencial com carácter transitório, destinada a proporcionar aos jovens residentes o ingresso na vida social autónoma, de forma segura e integrante, em alternativa aos lares ou a situações de instabilidade familiar, para jovens a partir dos 15 anos que viabilizem a sua autonomização de forma ponderada e consistente.

Risco – Conceito mais abrangente e traduz a eminência do perigo efectivo.

Serviços Complementares de Ajuda Domiciliária – Além dos cuidados de higiene pessoal e da habitação compreende um conjunto de serviços, nomeadamente a confecção e distribuição de refeições e tratamento de roupas, que não são efectuados no domicílio dos utentes, mas em equipamentos privados e do próprio CSSM.

Serviço Tele - Alarme – O Serviço Tele - Alarme é uma resposta, a partir de um sistema inovador de telecomunicações que funciona 24 horas dia, que se destina a apoiar, no domicílio, pessoas em situação de dependência física, mental ou social e, especialmente, pessoas idosas, e proporciona um pronta intervenção em situações de emergência.

Sistema de Acção Social – Sistema de protecção social participado, envolvendo recursos públicos e privados, humanos e materiais, numa perspectiva globalizante, integradora e de co-responsabilidade, orientada pelos objectivos de prevenção, reparação, intervenção e integração comunitária das pessoas e dos grupos sociais mais vulneráveis. Este sistema tem por missão criar oportunidades ao nível das condições de vida das pessoas, geradoras de iniciativas individuais e colectivas, que garantam a autonomia, integração e o protagonismo social daquelas e de grupos mais vulneráveis, através da criação e desenvolvimento dos meios adequados à promoção e exercício efectivo da cidadania.

Taxa de analfabetismo – Taxa definida como referência a idade a partir do qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

Taxa bruta de natalidade – Número de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) habitantes).

Taxa de desemprego – Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população activa.

Taxa de emprego – Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade activa (população com 15 e mais anos de idade).

Taxa de fecundidade geral – Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efectivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10 ^3) mulheres em idade fértil).

Trabalho infantil – Situação em que para obter benefícios económicos, a criança/jovem é obrigada à realização de trabalhos (sejam ou não domésticos) que excedam os limites do habitual que deveriam ser realizados por adultos e que interferem claramente na sua vida escolar. Exclui-se a utilização da criança em tarefas específicas por temporadas.

Unidades de Emergência - Resposta social que tem como objectivo o acolhimento de indivíduos em situação de perigo real e eminente, por um período de tempo que não ultrapasse as 48 horas. Esta resposta traduz-se na disponibilização de camas nos Centros de Acolhimento ou Alojamento Temporário e/ou nos Lares.

Uso de estupefacientes – Consumo abusivo de substâncias químicas psicoactivas.

Violência Doméstica – Toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus tratos, abusos sexual de mulheres e crianças, violação entre conjugues, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Embora maioritariamente exercida sobre mulheres, atinge também, directa ou indirectamente, crianças, idosos e outras pessoas mais vulneráveis, como as deficientes.

siglas

AMDpT – Associação Madeira Desporto para Todos

CPCJ's – Comissões de Protecção de Crianças e Jovens

CRAA - Comissão Regional Anti – Alcoólica

CRLCS - Comissão Regional de Luta Contra a Sida

CSSM – Centro de Segurança Social da Madeira

DREER – Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação

DRFP – Direcção Regional de Formação Profissional

DRSP – Direcção Regional de Planeamento e Saúde Pública

IHM, EPE – Investimentos Habitacionais da Madeira, Entidade Pública Empresarial

IPSS's – Instituições Particulares de Solidariedade Social

IRE – Instituto Regional de Emprego

ISS,IP – Instituto de Segurança Social, Instituto Público

ONG's – Organizações Não Governamentais

PSP - Polícia de Segurança Pública

SRARN – Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais

SRAS – Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

SRE – Secretaria Regional de Educação

SRPF – Secretaria Regional do Plano e Finanças

SRPT – Serviço Regional de Prevenção da Toxicodependência

SRRH – Secretaria Regional dos Recursos Humanos

SRS, EPE – Serviço Regional de Saúde, Entidade Pública Empresarial

ficha técnica

Coordenação:

- Carlos Alberto de Freitas de Andrade (DSProm AS)
- Filipa Maria Pestana Mendes Gomes (DSOPI)
- Maria Fernanda Mendonça Fernandes Gomes (DSPrest AS)

Equipa operacional:

- Alda Júlia Serrario Esteves Ferreira (DSProm AS)
- Ana Margarida Consiglieri Raposo Machado Carvalho (DSOPI)
- Carmen Helena Mendes da Silva Pereira (DSOPI)
- Clara Rosa da Rocha Silva (DSPrest AS)

Colaboração Especial:

- José Alberto Araújo da Silva
- Manuel Pedro André Pedrico
- Maria da Luz Sarrazolas Gamelas Santos (DSProm AS)

Capa:

- Duarte Bruno Gomes Andrade

NOVEMBRO de 2006

parcerias

Entidades convidadas:

- Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS)
    - Direcção Regional de Planeamento e Saúde Pública (DRSP)
- Secretaria Regional de Educação (SRE)
    - Direcção Regional de Educação (DRE)
- Secretaria Regional dos Recursos Humanos (SRRH)
    - Instituto Regional de Emprego (IRE)
- Secretaria Regional do Plano e Finanças (SRPF)
    - Investimentos Habitacionais da Madeira (IHM)
- Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira (AMRAM)
- União das IPSS's

Parceiros com contributos:

- Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS)
    - Direcção Regional de Planeamento e Saúde Pública (DRSP)
- Secretaria Regional dos Recursos Humanos (SRRH)
    - Instituto Regional de Emprego (IRE)
- Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira (AMRAM)
    - Câmara Municipal do Porto Moniz

PRAS

PRAS

PRAS

PRAS

PRAS

Região Autónoma da Madeira • Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

Centro de Segurança Social da Madeira